

# *A Pedagogia do Conceito e o Ensino de Filosofia: entre problemas e conceitos*

Prof. Dr. Flávio José de Carvalho<sup>1</sup>

---

Neste artigo, que se dirige ao público docente e discente preservamos certo caráter de debate analítico-crítico, marcando-o pela propositura de elementos filosóficos e pedagógicos acerca da possibilidade de se vivenciar a Pedagogia do Conceito no Ensino de Filosofia na Educação Básica. O presente texto resulta do nosso encontro filosófico, o ponto propugnador de toda nossa pesquisa, com a reflexão de Gilles Deleuze e Felix Guattari, na obra “O que é a Filosofia?”; resulta também da experiência pessoal e institucional com a formação de professores para a Educação Básica, de modo específico com os futuros professores de Filosofia para os jovens estudantes brasileiros do Ensino Médio.

Sabendo-se que desde 2008, o Ensino de Filosofia no Brasil, bem como a formação de professores de Filosofia vêm enfrentando um processo de profunda transformação e renovação. Diversos desafios surgiram depois de decretada a Lei n. 11.684, de junho de 2008, pela qual o Ensino de Filosofia tornou-se universal e obrigatório em toda a rede de ensino e em todo o território brasileiro. Diante desta nova demanda educacional, o Ensino de Filosofia passou a ocupar um dos pontos principais do debate filosófico desenvolvido no Brasil. Novos grupos de pesquisas formaram-se, somando esforços com outros de vanguarda, em vista de discutir e problematizar os diversos elementos e aspectos que constituem as perspectivas e os desafios para o processo de ensino-aprendizagem de Filosofia, tais como: o desafio do Ensino de Filosofia diante do desinteresse estudantil; a perspectiva da criação e recriação de materiais didáticos adaptados à educação filosófica; o desafio de propor um método de estudo e ensino que comportem as especificidades do saber filosófico (problema ao mesmo tempo pedagógico e filosófico).

Neste sentido, o texto que se segue se desenvolverá segundo três movimentos interdependentes: a propositura de *argumentos-problema* em torno da compreensão da Pedagogia do Conceito; o confronto com as *situações-problema* oriundas das experiências com o Ensino de Filosofia; e, igualmente, manter-se-á diligente no que diz respeito à apresentação de *propostas-problema* com vistas ao processo de ensino-aprendizagem de Filosofia. Destacamos oportunamente que nossa argumentação assume a prerrogativa de manter-se na proximidade das vivências docente e discente na escola pública brasileira na mesma intensidade e profundidade que se imiscui com a problematização filosófica proposta pela reflexão deleuzo-guattariana, construindo e

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Paraíba, Brasil, email: [flavio.carvalho@ufcg.edu.br](mailto:flavio.carvalho@ufcg.edu.br).

favorecendo, desse modo, um espaço em possam figurar e agir vetores de criação filosófica, pedagógica e didática.

## › 1. Ensino de Filosofia no Ensino Médio e a Lei 11.684/2008

Temos lido e ouvido reiteradas vezes a seguinte afirmação: o ensino de Filosofia *voltou* a ser lecionado nas escolas, ou ainda, a disciplina Filosofia *retorna* ao currículo da Educação Básica brasileira. Para nós não se trata de *volta* ou *retorno* na medida em que o ensino de Filosofia nunca teve a atual abrangência, tampouco a disciplina Filosofia ocupava os currículos da formação dos nossos estudantes; não da forma como a Lei 11684/2008 estabeleceu, isto é, como ensino obrigatório para os todas as séries do Ensino Médio em todas as escolas brasileiras. O Ensino de Filosofia não esteve amplamente presente na Educação Básica porquanto não ser coerente falar em “retorno”.

Certamente, não deixamos de reconhecer que, desde a chegada dos jesuítas ao Brasil (séc. XVI) e a fundação das primeiras escolas na colônia (na Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro no séc. XVI e no Maranhão, Pará, Espírito Santo e Pernambuco no séc. XVII), o ensino de Filosofia acontecia, com caráter escolástico e marcadamente doutrinário, mantendo estreito vínculo com a doutrina religiosa cristã católica<sup>2</sup>. Notificamos também certas ações isoladas durante os séculos XIX e XX, período de estabelecimento e consolidação do regime republicano no Brasil, as quais incluíram o ensino de Filosofia como componente para a formação dos cidadãos brasileiros, manobras que traziam a marca de seus mentores intelectuais, respectivamente, os deflagradores do Positivismo e os defensores da Escola Nova. De modo análogo, reconhecemos os méritos de algumas instituições de ensino e certos Governos Estaduais que de modo particular e com ações vanguardistas criaram, entre os anos 70 e 90 do século XX, espaços e oportunidades pedagógicas para que na construção de seus currículos houvesse lugar para o ensino de Filosofia, a despeito da perseguição possível e eventual por parte do Governo, despoticamente, exercido pelos militares<sup>3</sup>, ou ainda, meritórios de lembrança pelo enfrentamento das dificuldades do trabalho que se realiza de modo solitário e desbravador. Reconhecemos todas estas ações e seus méritos pedagógicos e filosóficos.

A despeito do fato de que não há retorno do ensino de Filosofia, mas instituição, projetos e construção enquanto componente curricular para os jovens estudantes brasileiros, e tendo passado a euforia da conquista do espaço pedagógico e também político, filósofos e professores se defrontam com o cenário da Educação Básica brasileira do século XXI e assim identificam as diversas dificuldades institucionais, necessidades pedagógicas e questões filosóficas que devem

---

<sup>2</sup> Mais informações sobre o percurso histórico do ensino de Filosofia no Brasil podem ser encontradas em VITA, L. Washington. Panorama da filosofia no Brasil. Porto Alegre: Globo, 1969.

<sup>3</sup> O ensino de Filosofia foi excluído pela reforma educacional articulada após o golpe militar de 1964, o qual instaurou o regime de governo ditatorial em nosso país, conforme normatizava a Lei 5692 de 1971.

ser enfrentadas neste processo de estabelecimento e futura consolidação da educação filosófica destes estudantes. Reconhecemos que este “enfrentamento” tem sido executado por todos os campos do saber ou componentes curriculares que compõem os currículos da Educação Básica e Superior, porém à Filosofia – e também à Sociologia – cabe o ônus de “lançar suas bases” e de se constituir como componente curricular dentro das especificidades dos tempos atuais, ao passo que os outros componentes curriculares puderam se reestruturar na medida em que as novas demandas iam se constituindo. À guisa de simples exemplificação, quando o ensino de Filosofia foi banido da educação brasileira, a mais avançada tecnologia encontrada nas salas era o projeto de slides, quando a Filosofia “volta”, na maioria das salas de aulas não se escreve mais com giz em lousas negras e os aparelhos de datashow popularizam-se junto com os dispositivos eletrônicos de comunicação.

As dificuldades do ensino de Filosofia não se esgotam na necessidade de acompanhar a inovação tecnológica, pode-se acrescentar as peculiaridades da sociedade contemporânea, marcada pela pressa ou imediatismo, pela mentalidade mercadológica do vale quanto custa, seja ainda pela crise dos valores morais e sociais que carregam para a escola sentimentos e práticas antes raros ou inexistentes no ambiente escolar, como o consumo de drogas ilícitas, o medo da violência contra professores e entre estudantes, ou ainda, o despreparo ou incompetência dos próprios professores para o exercício docente causado por uma formação precária em faculdades que “vendem diplomas”, bem como pela insatisfação com a carreira escolhida.

Estes e outros elementos tornam o estabelecimento do Ensino de Filosofia mais desafiador, posto que além das dificuldades inerentes ao próprio processo de ensino-aprendizagem na perspectiva cognitiva, precisa-se considerar ainda a crescente necessidade de interação com as novas tecnológicas; além disso, aparece como demanda urgente a criação de estratégias pedagógicas para superar o desinteresse estudantil pela educação. Atualmente, mais do que em qualquer outra época a Filosofia precisa mostrar a que veio, isto é, colocar-se como contribuinte para o processo de formação de cidadãos, profissionais e intelectuais. Por fim, cabe-lhe também a tarefa de se abrir para o diálogo epistemológico e pedagógico com os outros componentes curriculares, a interdisciplinaridade, em vista da formação do ser humano complexo, constituído de várias dimensões, na complexidade análoga dos saberes.

Decerto que este artigo, tampouco qualquer outro, não pode – nem pretende – dar conta de todas estas problemáticas e dificuldades que constituem o território da educação brasileira, por isso faremos um recorte metodológico em vista do objeto principal de nossa discussão e do diálogo epistemológico que intentamos. Sendo assim, nos dedicaremos a pensar o ensino de Filosofia no Ensino Médio em relação com a reflexão deleuzo-guatarriana que reconhece a filosofia como criadora de conceitos, donde adviria uma “pedagogia do conceito”, “[...] na filosofia, não se cria conceitos, a não ser em função dos problemas que se consideram mal vistos

ou mal colocados (pedagogia do conceito).” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 28)<sup>4</sup>, em busca de construir alternativas para o ensino filosófico nas escolas brasileiras.

## › 2. Ensino de Filosofia e a Pedagogia do Conceito

### 2.1. Os argumentos-problemas

Nossa discussão se inicia pela propositura de *argumentos-problema* em torno da compreensão da Pedagogia do Conceito. O que se entende por Pedagogia do Conceito? Quais os seus pressupostos epistêmicos? Como reconhecer suas possibilidades pedagógicas? Quais compreensões correlatas se desenvolvem conjuntamente? Com o desenvolvimento destas questões nos muniremos para o enfrentamento das questões do ensino de Filosofia nas escolas brasileiras.

Na obra conjunta “O que é a Filosofia?” Gilles Deleuze e Felix Guattari constroem uma reflexão crítica – e eventualmente ácida – acerca do entendimento tradicional construído pela Filosofia ao longo de sua existência milenar. Diversas correntes e tradições, variadas metodologias de investigação e estilos de escrita filosófica, tradições construídas por diversos homens e algumas poucas mulheres – o que por si só revela uma problemática não apenas como questão de gênero ou historiográfica, mas gnosiológica, na medida em que orientava-se pela distinção de aptidões ou tendências para a atividade intelectual segundo disposições anato-fisiológicas.

As páginas de *O que é a Filosofia?* oferecem uma discussão eivada de alternativas acerca da atividade de compreender a realidade de modo filosófico. Sendo assim, a Filosofia não representa a única ou a melhor modalidade para a compreensão da realidade em sua complexidade, o pensar filosófico se manifesta como uma dos modos possíveis de constituir tal compreensão. Com características específicas que a distinguem da arte e da ciência, mas tanto quanto estas a Filosofia se constitui de modo arbitrário. Dizendo de outro modo, seja na construção do saber da ciência quanto no da arte seja ainda na reflexão filosófica, os elementos (princípios, recortes da realidade e métodos de investigação) são eleitos e dispostos segundo modos intencionais, em vista de alcançar as justificativas convenientes para tais compreensões. Com isto não apregoamos que certa atitude sofisticada constitui o processo de construção dos saberes, o que evidenciamos diz respeito à atividade de *seleção* e *orientação* que são constitutivos do *modus operandi* da atividade investigativa do filósofo, do cientista e do artista.

Neste sentido, estes filósofos reconhecem a filosofia como a arte de criar conceitos: “Nós não podemos aspirar a um tal estatuto. Simplesmente chegou a hora, para nós, de perguntar o que é

---

<sup>4</sup> A Pedagogia do Conceito se movimenta em torno da construção de conceitos os quais se manifestam como compreensões filosóficas resultantes de problemas construídos igualmente pela atitude filosófica. Não há, desse modo, conceito que não remeta a um problema.

a filosofia. Nunca havíamos deixado de fazê-lo, e já tínhamos a resposta que não variou: a filosofia é a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos.” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 10). O modo característico de abordar a realidade atinente ao saber filosófico constrói *compreensões da realidade vivenciada* pelo filósofo as quais são denominadas de *conceitos*. Nesta perspectiva, o conceito não representa uma manifestação da essência do objeto, tampouco um conceito garante isoladamente a sua validade, ele carece de outros conceitos (compreensões adicionais) que constituindo a sua *zona de vizinhança* possibilitam a validade e a vitalidade desta compreensão filosófica da realidade (do objeto vivenciado) manifestada pelo conceito.

Na Pedagogia do Conceito a construção do *problema filosófico* tem função primordial no processo de criação do conceito, pois como afirmam Deleuze e Guattari não há conceito que não remeta a um problema. O problema ocupa na investigação filosófica o papel primordial, propugnador do espanto filosófico, experiência que incita a atitude filosófica, evento inicial do processo de desnaturalização operado pela Filosofia. Problemas antigos, mesmo os contemporâneos da fundação da filosofia, como a existência humana, a natureza ou a ordem podem propugnar novas compreensões filosóficas, como afirmam estes pensadores, a criação do conceito pode resultar da retomada de um problema que se reconhece como não problematizado apropriadamente ou mal problematizado. (cf. DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 28).

Precisamos ainda observar que no que diz respeito à busca pela verdade e pela universalidade, que caracterizam certos modos de filosofar, Deleuze e Guattari compreendem que cada sistema filosófico constrói suas próprias condições de validação de verdade e universalidade, o que eles denominam “plano de imanência”, o qual representa o âmbito de validade construído por um sistema filosófico e que garante que seus princípios e demonstrações sejam logicamente válidos e essencialmente universais. Sendo assim a validade do conceito filosófico não seria dado pela apreensão de uma hipotética manifestação última do fenômeno ou pela compreensão da suposta essência do objeto investigado. Dizendo de outro modo, o que garante a validade do conceito é o plano de imanência no qual se criam os conceitos, no qual filósofos e personagens conceituais interagem constituindo o que Frédéric Cossutta chamou de “cena filosófica”<sup>5</sup>.

Adotando Cossutta e sua compreensão de “cena filosófica” reconhecemos mais um elemento constitutivo do modo de pensar filosófico, da criação de conceitos: o estilo de exposição (escrita filosófica) elaborada por cada filósofo. Na escrita filosófica se concretizam e se movimentam os “personagens conceituais”, os quais como atores ou interlocutores das discussões, diálogos e das narrativas filosóficas demonstram o *modus operandi* que cada filósofo constrói para expor suas proposições filosóficas. Os personagens conceituais representam “o duplo” do filósofo na cena dialógica do filosofar. Os personagens conceituais revelam a compreensão de Filosofia inerente a cada filósofo e o seu modo de investigar a realidade, seja como vivência seja como apreensão objetual, seja ainda como experiência; revela inclusive o itinerário do pensar do filósofo.

---

<sup>5</sup> Acerca do plano de imanência: DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 49-80. Acerca da cena filosófica: COSSUTTA, 2004, Capítulo 1.

A criação de conceitos revela-se, portanto, na dinâmica do filosofar, da busca contínua pela sabedoria, do amor que é alimentado em cada nova conquista<sup>6</sup>. Deleuze e Guattari afirmam que o filósofo é um ladrão de conceitos, cuja matéria do roubo deve ser trabalhada sob a égide de novas perspectivas filosóficas, resultando numa espécie de apropriação criativa. O filósofo pode repetir desde que ao mesmo tempo crie, tratando-se, portanto de uma repetição criativa. Desse modo, por meio de reiteradas problematizações podem germinar as sementes de novos conceitos que se lançam no solo da Filosofia desde sua origem. Nesta dinâmica, apesar da insistência de alguns sistemas filosóficos “se auto-reconhecerem” como os ápices ou as finalizações do pensamento filosófico, compreendemos que enquanto houver problemas possíveis de excitarem a atitude filosófica de algum homem ou mulher haverá conceitos em formação.

## 2.2. As situações-problemas

À guisa de introdução e descompromissados com a tarefa de manifestar uma definição ou compreensão acerca do que seja a educação, reconhecemos que a formação do ser humano, a tarefa educacional, em todos os âmbitos e níveis, sempre incitou a preocupação e a reflexão, seja de governantes ou educadores seja de governados ou educandos. A história da existência social-histórica da humanidade pode ser também compreendida a partir de seus movimentos em torno da atividade de formar as novas gerações. Mesmo nas comunidades mais longínquas no tempo e mais intuitivas (ou mesmo instintivas) em suas atividades, a continuidade da espécie ou da civilização humana, de sua ação sobre a Terra, em algum momento e de algum modo, conduziu os seres humanos a se ocuparem (e preocuparem) com a formação de outros seres humanos, mais jovens ou supostamente inexperientes, ao que contemporaneamente poderíamos chamar de educação.

Como atividade social-histórica a educação sempre se movimenta tão dinamicamente quanto a própria existência dos homens e mulheres. Educar não se resume a transmitir informações, mais do que isso compreendemos que educar se manifesta como construção de informações, como criação de compreensões e visões de mundo, como tessitura de intensões e subjetivismos, como desconstrução e recriação do saber e do sentido (estética), como transformação da sociedade e da história, educação como autotransformação. Neste sentido, a educação sempre será filha de seu tempo, sobre o qual *se institui* e pode igualmente *se des-instituir*, recriar-se ante suas vicissitudes e projetos.

Sendo assim, as *situações-problema* que destarte trataremos comportam a especificidade da sociedade brasileira contemporânea, sobre as quais o Ensino de Filosofia deve – bem como todos os saberes envolvidos na Educação – ocupar-se na busca de propostas que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem e também oportunizem a construção de homens e mulheres

---

<sup>6</sup> Esta compreensão inspira e orienta nossa proposta de ensino de Filosofia no Ensino Médio, na medida em que compreendemos que a sala de aula de Filosofia deve oportunizar a experiência do filosofar, retomando a atividade filosófica vivenciada e realizada por cada filósofo.

que se reconheçam como agentes criadores das suas próprias existências individuais e coletivas. A Filosofia, apesar de sua recente participação como componente curricular na estrutura educacional dos estudantes brasileiros no Ensino Médio, continuamente esteve ocupada com os problemas da educação brasileira, embora sua atuação se mantivesse vinculada à formação dos professores. Desde 2008, regulamentada como componente curricular obrigatório para as séries do Ensino Médio, a Filosofia deve tomar as dificuldades e desafios deste nível da educação brasileira como seu problema (pedagógico, mas principalmente filosófico).

Na especificidade da educação filosófica, abordaremos as dificuldades e os desafios que reconhecemos como mais importantes, porquanto mais urgentes de serem abordados. Decerto que não exauriremos suas compreensões, tampouco os extinguiremos da situação educacional, todavia os identificamos como problemas – potencialmente filosóficos – à medida que se revelam como obstáculos ao pensamento autônomo, crítico e criativo da Filosofia.

Uma *situação-problema* mais genérica, que repercute em todos os âmbitos e níveis da educação, se mostra no desinteresse estudantil pela educação. As reiteradas investigações e observações realizadas por pesquisadores e estagiários revelam que os estudantes do Ensino Médio manifestam um acentuado desinteresse na sua formação escolar, o qual pode ser diagnosticado pela apatia com as atividades da vida escolar, pelo descompromisso com a dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, bem como pela falta de perspectivas de continuidade dos seus estudos em outros níveis ou modalidades. As causas possíveis para esta situação são diversas, algumas das quais trataremos a seguir. O fato é que este desinteresse compromete seja a formação intelectual seja a construção do ser cidadão, onerando tanto a esfera da construção do conhecimento quanto prejudicando o âmbito das relações em sociedade. Mais que um problema de ordem disciplinar ou pedagógico, o desinteresse estudantil constitui-se como problema de posicionamento subjetivo diante da existência social-histórica.

Outra *situação-problema* que atinge a vida educacional, compreendida como formação integral de seres humanos e não como mero acúmulo de informações, se constata pelo crescente utilitarismo quanto ao papel da escola em relação ao Ensino Superior. Paulatinamente a Educação Básica, sobretudo o Ensino Médio, vem sendo entendido como etapa de preparação para o ingresso nas faculdades e universidades. Equívoco operado pelas instituições de ensino e reforçado pelas famílias, a despeito das orientações que os documentos oficiais oferecem sobre a Educação Básica no Brasil<sup>7</sup>. Atualmente, mesmo o Ensino Fundamental tem seus objetivos atacados, sendo cada vez mais “distorcido” e direcionado também para o ingresso no Ensino Superior.

Nesta situação, reconhecemos dois problemas para a educação filosófica: primeiramente, motivados pelo utilitarismo os estudantes indagam-se “Para que estudar Filosofia?”, que neste contexto significa “de que modo a Filosofia servirá para o ingresso no Ensino Superior?” Antes

---

<sup>7</sup> Diretrizes Curriculares Nacionais, Orientações Curriculares para o Ensino Médio, Parâmetros Curriculares Nacionais, etc.

de sua inclusão no exame Vestibular e no ENEM, estudar Filosofia não comportava importância prática, posto que não integrava estes exames. Desde sua incorporação aos mencionados exames, estudar Filosofia passou a ter uma relevância a qual reconhecemos como equivocada. O que isto significa? Os estudantes passaram a estudar a Filosofia em vista de seus conteúdos ou melhor dos conteúdos mais presentes naqueles exames, reproduzindo a expectativa que tradicionalmente se aplica à Matemática, Biologia, Língua Estrangeira entre outras. Para a educação filosófica resta o problema de ver-se reduzida à fornecedora de informações (nomes de filósofos, datas e lugares, suas principais obras e ideias, apreendidas mnemonicamente).

Esta *situação-problema* oportuniza um segundo dificuldade para a educação filosófica, a saber, as aulas de Filosofia terminam por assemelhar-se às de História que, submetida ao utilitarismo e pragmatismo em vista do Ensino Superior, apresenta igualmente dificuldades em constituir-se como componente curricular com competências e habilidades específicas a serem vivenciadas pelos estudantes. Na base desta “confusão de identidade” reconhecemos um problema fundamental para o Ensino de Filosofia: o componente curricular Filosofia, desviada de sua especificidade epistemológica e metodológica, não consegue oportunizar a experiência do pensar autônomo, crítico e criativo, característico do saber filosófico e que também se encontra manifesto nas competências e habilidades orientadas para este nível da Educação Básica (vide PCN+).

Mais uma *situação-problema* relacionada com a educação filosófica dos estudantes do Ensino Médio pode ser reconhecida na inabilidade com o pensar. Vivemos sob a égide da cultura do imediatismo. A velocidade dita o ritmo de nossas ações e atitudes. A informação se desloca cada dia mais rapidamente. O dia comporta cada vez mais atividades e, por conseguinte se torna cada vez “menor”, obrigando-nos a resumir e buscar estratégias de condensar o máximo de ações em um único lapso temporal. Como filosofar sem o elemento primordial do tempo ocioso, do tempo que não está pragmaticamente comprometido com os resultados práticos e utilitários? O ensino de Filosofia vivenciado pelos estudantes do Ensino Médio também requer o tempo para o filosofar, que significa dar oportunidade para que os problemas sejam encontrados e confrontados pela atitude filosófica, que as definições e regras possam ser problematizadas e que a criação filosófica possa se efetivar mediante a maturação dos questionamentos. Toda esta dinâmica vê-se perturbada pelo mencionado imediatismo e para agravar mais a situação, a atividade filosófica na aula vê-se mesmo impedida ante o ditame dos 50 minutos semanais destinados às aulas de Filosofia. Permanece a questão, a inabilidade para o pensar destes jovens estudantes decorre da não maturação necessária da atitude filosófica ou esta decorre daquela?

Outras *situações-problema* se nos apresentam, tal como a formação de professores de Filosofia em instituições de ensino marcadas pela égide de uma cultura bacharelesca, bem como a ênfase demasiada na História da Filosofia – dístico importante da formação filosófica em nível superior no Brasil – que termina por orientar os programas de cursos e planos de aula do ensino de Filosofia no Ensino Médio, cujo resultado pedagógico pode conduzir à mera ilustração histórica do pensamento filosófico. Por fim, e não distanciado destes elementos, a observação de que nas salas de aulas de Filosofia não se tratam os problemas contemporâneos, aqueles que constituem e afligem a realidade social-histórica dos estudantes, o que contribui ainda mais para o



distanciamento destes da dinâmica da educação filosófica. Não obstante a existência de tantas mais *situações-problema*, limitamo-nos à exposição problematizada das que mencionamos acima, cumprindo-nos destarte refletir de modo mais propositivo, ou seja, ocupando-nos com as *propostas-problema* acerca do Ensino de Filosofia orientados pela Pedagogia do Conceito.

### 2.3. As propostas-problemas

Reconhecemos a relevância e adotamos a Pedagogia do Conceito devido o fato de conter uma específica compreensão da Filosofia como campo do saber e da própria atividade de filosofar que comporta a vitalidade e o comprometimento necessários para o que denominamos de educação filosófica para a autonomia, a crítica e a criação. Decerto que a obra deleuzo-guattariana não foi motivada por inquietações metodológicas tampouco pedagógicas, entretanto seus argumentos podem oportunamente auxiliar no processo de ensino-aprendizagem da Filosofia no Ensino Médio<sup>8</sup>.

Deleuze e Guattari afirmam que todo conceito remete a um problema e não há conceito que não remeta a um problema. Desse modo, a *proposta-problema* inicial indica que a educação filosófica deve possibilitar a ação de reconhecer e constituir o problema filosófico, ou seja, que os estudantes possam identificar, dentre as situações que eles vivem, contextos, experiências ou ideias que uma vez confrontados pela atitude filosófica resultam na constituição de um problema filosófico. Para tanto, compreendemos que o ensino de Filosofia deve, primeiramente, ser construído de modo que *privilegie a abordagem dos problemas contemporâneos aos estudantes, bem como incite a atitude de desnaturalização de toda e qualquer instituição, pressuposto ou regra*.

Outra *proposta-problema* reafirma que o processo de ensino-aprendizagem precisa ser organizado e construído tendo em conta as especificidades do entorno social-histórico do estudante. Apesar desta orientação não representar novidade para qualquer educador, posto não ser recente, podemos ainda observar docentes – em todos os componentes curriculares – que insistem em considerar os estudos de sua “disciplina” como isentos desta prerrogativa social-histórica, talvez porque assumem certa visão que prevê a manutenção da neutralidade do saber científico, talvez ainda devido o fato que não têm a habilidade de estabelecer a relação entre o saber que se constrói e a realidade na qual se vive. Esta inépcia, eventualmente, se justifica porque sua formação – bacharelesca – isentou-o desta preocupação aparentemente metodológica, que por sua vez manifesta certa fratura epistemológica saber-realidade a qual

---

<sup>8</sup> Frédéric Cossutta, inspirando-se nas ideias da obra de Deleuze e Guattari, publica Elementos para a leitura de textos filosóficos, em que ele desenvolve uma proposta para a leitura acurada dos filósofos mediante a indicação de elementos que constituem os textos filosóficos e que, portanto serviriam como elementos condutores (elementos-pedagogos) pela análise e interpretação dos referidos textos. Esta experiência exitosa reforça nossa compreensão de que a Pedagogia do Conceito pode fundamentar certas atitudes e ações, docentes e discentes, na sala de aula de Filosofia no Ensino Médio com o intuito de tornar estas aulas de fato vivências do filosofar.

alguns campos do conhecimento assumem e mantêm, dentre os quais o exemplar mais costumeiro é a Filosofia, embora não seja o único. O fato é que professores insistentemente trabalham com os estudantes do Ensino Médio algo que chamaríamos de Matemática “pura”, História “pura”, Linguagem “pura”, Arte “pura” e mesmo a Filosofia “pura”.

Em vista de que o Ensino de Filosofia possa ser a vivência do filosofar por parte de estudantes se faz necessário que eles possam reconhecer até que ponto e de que modo a investigação filosófica contribui e interfere na dinâmica da vida individual e coletiva. O professor de Filosofia deve enfatizar que todos os filósofos das diversas tradições e tempos históricos encontraram na realidade contemporânea o manancial dos problemas filosóficos os quais identificaram e sobre os quais dedicaram suas reflexões. A atividade do filósofo não se resume a revolver ideias e teorias de seus predecessores, o filósofo não se contenta em raspar ossos, conforme alerta Deleuze e Guatarri:

Os conceitos mais universais, os que são apresentados como formas ou valores eternos são, deste ponto de vista, os mais esqueléticos, os menos interessantes. Não fazemos nada de positivo, mas também nada no domínio da crítica ou da história, quando nos contentamos em agitar velhos conceitos estereotipados como esqueletos destinados a intimidar toda criação, sem ver que os antigos filósofos, de que são emprestados, faziam já o que se queria impedir os modernos de fazer: eles criavam seus conceitos e não se contentavam em limpar, em raspar os ossos, como o crítico ou o historiador de nossa época. Mesmo a história da filosofia é inteiramente desinteressante se não se propuser a despertar um conceito adormecido, a relaná-lo numa nova cena, mesmo a preço de voltá-lo contra ele mesmo. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 109).

O estudante deve reconhecer a atualidade da Filosofia nas atividades vivenciadas nas aulas, que podem adotar a História da Filosofia, mas não podem nela encerrar a educação filosófica.

Outra *proposta-problema* diz respeito ao fato que a sala de aula de Filosofia precisa oportunizar sempre, não eventualmente, a atitude filosófica, mediante estratégias que incitem o processo de desnaturalização, isto é, oferecendo a situação para que o estudante seja provocado a questionar ideias e teorias estabelecidas, regras e práticas instituídas, bem como possa problematizar elementos ou orientações que se mantêm amparados pela tradição, pela convenção ou pela antiguidade. Corroboramos com a compreensão de Cerletti para o qual a sala de aula deve se constituir como uma espécie de laboratório, em que professor e estudantes formam uma comunidade de investigação filosófica. Esta estratégia não tem a pretensão de construir aulas de Filosofia para “filósofos mirins”<sup>9</sup>, antes se pretende que o estudante compreenda e vivencie a atitude filosófica, o filosofar; por meio do conhecimento e da vivência em sala de aula de como cada filósofo constituiu os problemas filosóficos e criou seus conceitos, o estudante pode *ser*

---

<sup>9</sup> Reconhecemos que o ensino de Filosofia precisa construir estratégias e objetivos específicos em cada nível de estudos no qual se aplica; mais informações sobre esta discussão são encontradas em HORN, G. B. Ensinar filosofia: pressupostos teóricos e metodológicos. Ijuí: UNIJUI, 2009.

*conduzido ao pensamento autônomo, crítico e criativo, por isso denominarmos de Pedagogia do Conceito.*

Convém nesta discussão acerca de *propostas-problema* considerar ainda que entre os documentos que orientam o ensino de Filosofia no Ensino Médio no Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais na sua versão de 2002 (PCN+) podem ser tomados como fortes incentivadores da educação filosófica fomentadora do pensamento com autonomia, criticidade e criatividade. As habilidades e competências indicadas para o componente curricular Filosofia manifestam que o estudante deve ter acesso aos escritos oriundos da Filosofia e a textos alheios diversos, e deve a ambos poder abordar de modo filosófico. Esta orientação corrobora, a nosso ver, a pertinência da Pedagogia do Conceito na medida em que o movimento de exploração desses textos segundo a proposta construída a partir da reflexão deleuzo-guattariana pode capacitar os estudantes a “contextualizar conhecimentos filosóficos, tanto no plano de sua origem específica, quanto em outros planos: o pessoal-biográfico; o entorno sociopolítico, histórico e cultural; o horizonte da sociedade científico-tecnológica.” (BRASIL, 2002, p. 50)

Por fim, temos uma *proposta-problema* que se dirige especificamente para o professor de Filosofia no Ensino Médio, de quem se espera viabilizar a experiência do filosofar mediado pelo ensino da História da Filosofia. Este professor representa o ponto de articulação entre a atividade filosófica e a dinâmica do processo de ensino-aprendizagem na Educação Básica. Do professor de Filosofia espera-se que manifeste praticamente em sala de aula a atitude filosófica, bem como desenvolva o processo de reconhecimento dos problemas filosóficos na realidade social-histórica e a criação de conceitos, sempre como vivência na sala de aula, junto com os estudantes, preservando-lhes o papel de sujeitos filosofantes. Neste sentido, desde os momentos iniciais, o professor de Filosofia precisa manifestar aquilo que denominamos de “identidade filosófica” pela qual se reconheça o seu modo de compreender o que é a Filosofia e a atividade de filosofar, cabendo-lhe também fomentar nos estudantes a possibilidade que outras compreensões de Filosofia e visões de mundo se manifestem. O professor de Filosofia deve ser o primeiro a filosofar em sala de aula, e oportunizar exercício análogo aos seus estudantes.

O ensino de Filosofia deve fornecer as ferramentas para o exercício filosófico, tais como o professor construir os problemas e em seguida orientar os estudantes para o processo de criação dos conceitos específicos; a ele cabe também orientar no modo de ler, falar e escrever filosoficamente. Por tudo isso compreendemos que ensinar Filosofia não pode se restringir a ensinar a História da Filosofia, mas a filosofar – tomando por base os filósofos da tradição ocidental (quicá os orientais) e abordando as situações do cotidiano social-histórico, que são vivenciados pelos agentes pedagógicos do processo de ensino-aprendizagem de Filosofia e que se constituirão como problemas filosóficos.

Mediados pelo pensamento de Deleuze e Guattari, tendo adotado a perspectiva pedagógica presente em sua obra, reconhecemos – do ponto de vista epistemológico – que não se pode desvincular filosofia e filosofar, e atentamos – do ponto de vista metodológico do ensino – para o fato que a Filosofia não pode ser reduzida a informações biográficas, bibliográficas e de ideias “patenteadas”. Por isso uma proposta metodológica e filosófica que preserve esta

indissociabilidade pode ser encontrada na Pedagogia do Conceito e na prática do professor-filósofo, que vai ensinar tudo na prática da sala de aula na sua prática de filosofar, oportunizando desse modo a construção de um espaço pedagógico em possam figurar e agir vetores de criação filosófica, pedagógica e didática.

## **Bibliografia:**

- BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC; SEMTEC, 2002. (Ciências Humanas e suas Tecnologias).
- CERLETTI, A. O ensino de filosofia como problema filosófico. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- COSSUTTA, F. Elementos para a leitura de textos filosóficos. Trad. Angela de Noronha Belvone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- DELEUZE, G. GUATTARI, F. O que é a filosofia? Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.
- HORN, G. B. Ensinar filosofia: pressupostos teóricos e metodológicos. Ijuí: UNIJUI, 2009.
- VITA, L. Washington. Panorama da filosofia no Brasil. Porto Alegre: Globo, 1969.